

José Manuel Fernandes

Faculdade de Arquitectura
Universidade Técnica de Lisboa, Portugal

jmfernandesarq@yahoo.com

As cidades de São Tomé e de Santo António, até aos séculos XIX e XX - arquitectura e urbanismo

Os dois núcleos urbanos do arquipélago de São Tomé e Príncipe tiveram crescimento lento, desde as respectivas fundações proto-quinzentistas. Do ponto de vista urbanístico, seguiram e mantiveram ao longo dos séculos XVI a XVIII um padrão tradicional, dentro do modelo da cidade de origem portuguesa da fase medievo-renascentista. O núcleo central da cidade de São Tomé foi estruturado nas edificações de suporte das essenciais funções civis e religiosas (Torre do Capitão, depois possivelmente originando o actual Palácio do Governo; igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, sucessivamente reconstruída, a poente da torre, e junto à ribeira; e a igreja e hospital da Misericórdia, entre a torre e a baía). Os edifícios principais da cidade reflectiam no século XIX a sua singeleza urbana; encontram-se igualmente algumas arquitecturas representativas de Novecentos, desde obras do Modernismo dos anos 1930-40 à Arquitectura Moderna dos anos 1950-60. Santo António tem traçado regular (talvez pela reforma urbana da época pombalina), que inclui uma praça central (com câmara e a torre da antiga igreja matriz), a rua do Rosário, ligada à praça (com a igreja do Rosário, no extremo sul); e ainda uma outra praça ajardinada, litoral, a norte.

Palavras-chave: cidade de São Tomé, arquitecturas séculos XVI, XVII e XVIII, arquitecturas século XIX, arquitecturas século XX, cidade de Santo António do Príncipe

Both urban structures of São Tomé and Príncipe islands, in Guinea Gulf, had a slow developmet through history. Founded in the 16th century, they kept until the 18th century a traditional urban pattern, within the Portuguese colonial overseas city type, based on a medieval-renaissance mixed model. The central area of the city of São Tomé, in São Tomé island, includes the main supporting functions, civic and religious (Goverment Palace, Parish Church/Cathedral, former Misericórdia hospital building). The remaining 19th century buildings of São Tomé city are simple in design and expression, in an adequate manner to the city ambience; we can find there also some representative buildings from the 20th century, namely form Modernism period (1930s to 1940s) and from Modern Movement architecture (1950s to 1960s). Santo António city, in Príncipe island, presents an urban regular grid pattern, (perhaps dating from the mid-18th century Pombaline reform), ans includes a central square (with the city hall and the tower of the former parish church), the Rosário street, connected to the square (with Church of Rosário at the extreme South side), and another small gardened square, by the coast line, to the North.

Os povoados e as cidades da ilha de São Tomé e da ilha do Príncipe

Para além da cidade de São Tomé, na ilha homónima o povoamento e ocupação secular não geraram mais nenhum núcleo com carácter verdadeiramente urbano – apenas povoações de pequena dimensão, na maioria dos casos, litorais. Estas constituíam breves povoados, implantados ao longo das costas oriental e ocidental, e ligados a percursos de crescimento e de conexões viárias irradiando de norte para sul, ou seja, a partir da cidade.

Igualmente, na ilha do Príncipe, apenas a cidadezinha única, de Santo António, atesta a ocupação primeva e primeira urbanização da ilha.

Estas cidades de São Tomé e de Santo António, os dois núcleos urbanos únicos do arquipélago de São Tomé e Príncipe, tiveram crescimento lento, desde as respectivas fundações proto-quinhestistas. Do ponto de vista urbanístico, seguiram e mantiveram ao longo dos séculos XVI a XVIII um padrão tradicional, dentro do modelo da cidade de origem portuguesa da fase medievo-renascentista.

Assim, a implantação urbana fez-se no litoral, com a principal ocupação construída à volta de uma baía (ou mais exactamente frente a ela, no caso de Santo António), e com o seu eixo estruturante paralelo ao mar (embora no Príncipe, mais alongada para o interior); em ambas as localidades desenvolveu-se uma malha constituída por largos, arruamentos e quarteirões, sensivelmente em retícula, mas sem deixar as habituais formas adaptativas e “orgânicas”.

A cidade de São Tomé: urbanismo, evolução, estrutura

O povoamento da ilha de São Tomé começou após a sua doação pelo rei a João de Paiva, em 1485, a que se seguira-se outras donatarias reais, como atrás referido.

Os colonos iniciais vieram, em 1494, como incentivo à plantação de cana-de-açúcar, que se expandiu até ao século XVI. Mas houve desde logo dificuldade de povoamento da ilha, que se reflectiu na lenta urbanização da sua única cidade – devendo a implantação e edificação da urbe de São Tomé ter-se iniciado por volta de 1500. Tal dificuldade pode ler-se nos constantes privilégios concedidos por D. Manuel á Confraria e Misericórdia de Nossa Senhora da Graça, em 1519. O rei D. João III outorgou a Carta de Foral à povoação de São Tomé em 1524, e, com a instauração da Diocese de São Tomé, procedeu à elevação do povoado a cidade, em 1535, por Carta Régia de 22 de Abril.

Sigamos a análise histórico-urbana de Teresa Madeira (in AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 366-367): O aglomerado inicial deve ter prosperado assente quer nos engenhos de açúcar, quer nas actividades portuárias e de tráfico. O singelo núcleo central cedo se definiu, estruturado nas edificações de suporte das essenciais funções civis e religiosas (Torre do Capitão, depois possivelmente originando o actual Palácio do Governo; igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça, sucessivamente reconstruída, a poente da torre, e junto à ribeira; e a igreja e hospital da Misericórdia, entre a torre e a baía).

O processo de crescimento e expansão urbana prosseguiu possivelmente, com o aumento da população, na direcção poente, a par da costa, criando-se aí um outro pólo de carácter mais mercantil, pontuado pela Alfândega e pela Feitoria. Um rua longa, paralela à baía, ligava o pólo cívico-religioso da Matriz, Torre e Misericórdia com o núcleo comercial: era a “Rua Grande” da planta de João Rozendo Tavares Leote (de 1788-1796), a qual corresponde à inevitável e estruturante “rua direita” das cidades de matriz portuguesa.

Este crescimento, assente numa estrutura de tipo linear, alongou-se progressivamente, envolvendo toda a baía de Ana Chaves: a nascente, com a fortaleza de São Sebastião a fechar o arco, na sua extrema; e a poente, com a edificação de vários edifícios públicos, como a igreja de São João e a da Conceição.

Com o avançar da urbanização, esta deu lugar à definição de uma pequena malha grosseiramente reticulada, central, que irradiou a partir da antiga praça da Alfândega e da do Mercado. Luís da Silveira (vol.II, pp. 172-173), na sua obra monumental, refere que segundo

...Caldas, na ‘Notícia Geral...’, a cidade dos fins do século XVIII seria assim: a cidade assenta sobre uma pequena planície que terá de comprimento oitocentos passos e de largura pouco mais de duzentos e cinquenta: a direcção das ruas e situação das Casas guardam muito pouca ordem; são estas todas de madeira, e muito poucas cobertas de telha.

Em 1557 havia entre 600 a 700 fogos na cidade, e em 1566 iniciou-se a construção da fortaleza de São Sebastião, tendo sido a cidade atacada em 1567 por corsários franceses que a saquearam. Em 1574 os angolares que povoavam o sul da ilha atacaram também a cidade. Implantado na proximidade da cidade, a nascente, um segundo (e pequeno) forte, de São Jerónimo, foi edificado por Filipe I, em 1613 (restaurado em 1801, aquando das guerras napoleónicas).

O crescimento urbano foi como se disse lento, pautado por sucessivas crises económicas, sociais e políticas, e correlativas fases de decadência, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Em termos de implantação geográfica, a estrutura urbana da cidade de São Tomé acompanhou de forma linear, alongada, a suave curvatura da baía de Ana Chaves. A mais importante cidade destas ilhas era em 1814, segundo Avesac, *...alegre e agradável, com arruamentos amplos e aseados, sem árvores, e formados por cerca de 900 casas, quase todas de madeira, mal trabalhada mas boa e forte, e cobertas por telhas fabricadas na ilha do Príncipe.* (cf. Galvão, 1951). Aquele autor descrevia seguidamente as igrejas, a antiga casa do governador, a câmara e cadeia, a alfândega, todas em pedra - além de referir o mercado.

Conhecem-se diversas plantas da baía de Ana Chaves, nomeadamente, as datadas de 1844, 1888, 1916 e 1918 (cf. Silveira, s/d, Vol.II). Uma vista da cidade, em 1883, mostrava a simplicidade das casas existentes no núcleo edificado, sendo poucas com dois pisos (Ambrósio, 1984).

São Tomé apresenta de facto, nesta fase, que perdurou até recentemente, uma

malha urbana aproximadamente reticulada, disposta frente à linha costeira. As modernizações sucessivas, quer pela expansão para novas áreas citadinas, quer pelo novo edificado, não vieram no essencial alterar a sua forma urbana estruturante, bem como a localização dos principais equipamentos públicos. Desde o seu centro, onde conflui a linha de água local (Ribeira Água Grande), e onde se situam, como se referiu, a Misericórdia, o Palácio do Governo e a Sé Catedral, junto ao mar, seguem-se: para nascente, a igreja do Bom Despacho, e a Fortaleza de S. Sebastião; para poente, ficam o largo da Alfândega, o mercado, a igreja e bairro da Conceição, e a igreja e bairro de S. João (ver cartografia in AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 364-365).

Para o sector nascente da cidade, e bordejando a linha de costa, virada a norte, foi-se desenvolvendo a urbe nos meados do século XX, com base num plano e respectivo “zonamento”, característico do centralismo programado do espaço colonial português (cf. Silveira, vol.II, est. 263, à p. 178), que incluiu um bairro social, com casinhas térreas (antigo bairro “Salazar”, actual 3 de Fevereiro), e os equipamentos públicos como o liceu (antiga Escola Técnica Silva Cunha).

Arquitecturas na cidade de São Tomé

Obras providas dos séculos XVI, XVII e XVIII

Podem mencionar-se, dentre os edifícios e monumentos da cidade mais representativos de Quinhentos, Seiscentos e de Setecentos, algumas igrejas e capelas, bem como fortificações. Porém, dado o acidentado processo histórico da ilha, a maior parte destas obras ou entrou em ruína ou foi reconstruído, perdendo em muitos casos, o carácter e o estilo e desenho originais.

Destaquem-se, em termos de arquitectura militar, as fortificações: de São Sebastião, com planta quadrangular e quatro baluartes, definindo um pátio central com expressão arquitectónica muito densa e original, iniciada em 1566, e possivelmente reiniciada em 1575 (após a revolta dos Angolares em 74, e do ataque dos corsários franceses em 69), constitui o actual museu da cidade; a de São Jerónimo, cerca da Praia Pequena (de 1613-14, reconstruído em 1801), uma simples construção murada, hoje muito arruinada; e o forte de São José, que foi situado no extremo urbano ocidental, na Ponta de Cabo Verde, em 1756, e actualmente praticamente destruído.

No que respeita às igrejas, pode mencionar-se a Matriz de Nossa Senhora da Graça, actual Sé, que teve fundação ainda com D. Manuel, na última década de Quatrocentos (ou em 1504), e depois sucessivamente reconstruída, por D. Sebastião em 1576-78, em 1814, por iniciativa local (possivelmente na sequência das guerras napoleónicas, e das destruições eventualmente então causadas); e, finalmente, reconstruída cerca de 1939 pelo governador Vaz Monteiro (ou mais tarde, em 1956), quando, aproveitando elementos oitocentistas, ou até anteriores, deu lugar a um templo de gosto ecléctico-revivalista, de frontaria em tom Neo-Românico, como se lê no portal de arco redondo, nos arcos duplos e triplos do piso superior e das duas torres; embora permanecendo fiel ao modelo de igreja duplo-torreada, com dois coruchéus e fachada em “H”, muito enraizado nacionalmente, o seu valor arquitectónico geral é escasso.

De facto, em postais de 1915 e de 1928, a fachada da Matriz apresentava uma feição classicizante, mais modesta, com três portais de frontão triangular, cinco vãos de arco perfeito no piso superior, e as duas torres, apenas com um andar, de cada lado do frontão central triangular (cf. Loureiro, 1999, p. 38 e p. 31). Embora os volumes externos da capela mor e anexos se tenham mantido com aquela anterior feição classicizante, a frontaria adoptou o gosto revivalista referido (possivelmente nas remodelações dos meados de Novecentos), algo deslocado. O interior apresenta as paredes da nave e da capela mor revestidas a azulejos policromos (ou da primeira metade do século XX, ou de meados), provavelmente correspondendo à mais recente remodelação do templo.

Outras igrejas, de menor importância, foram erigidas na cidade: a da Conceição, a poente do núcleo comercial, abrindo para vasto terreiro, com torre única, encimada por coruchéu piramidal telhado, adossada a uma singela nave – que, erigida por D. Manuel entre 1495 e 1521, foi reedificada em 1719 e possivelmente, de novo, mais recentemente (em postal de 1910 a torre era mais baixa, e o portal apresentava lintel recto, cf. Loureiro, 1999, p. 22); a igreja de São João, antes de São João Baptista, inicialmente edificada em 1562, também a poente da cidade; a igreja de Bom Jesus, frente à marginal da cidade, a nascente da Misericórdia (hoje o Tribunal), dotada com original corpo de planta octogonal (nave centrada e torre lateral adossada, ambas octogonais, sendo o correspondente interior octogonal da nave revestido a azulejos do século XX), que permanece a de mais interessante arquitectura da cidade, possivelmente sob um padrão formal seis-setecentista (com restauro nos anos 1930, cf. lápide na fachada da torre); e a capela do Bom Despacho, litoral, a nascente da anterior, muito modesta mas de linhas equilibradas, fundada cerca de 1617. De referir ainda a capela de São Sebastião, no interior da fortaleza homónima, erigida em Seiscentos, e uma “igreja de Santo António”, que, localizada a sul da cidade, poderia ter correspondido a antigo convento franciscano (cf. postal de 1905, in Loureiro, 1999, p. 36) – com torre lateral encimada por coruchéu, e fachada com três arcos perfeitos, ao modo típico dos franciscanos.

Uma obra merece referência singular: a Igreja da Madre de Deus, que constitui talvez o mais relevante testemunho do período classicista na ilha. Trata-se de uma edificação isolada, situada nos arredores da cidade de São Tomé (na estrada para sudoeste), possuindo uma rara fachada com elementos de feição renascentista italianizante, com peças esculturais em pedra, denunciando as prováveis origens quinhentistas. Embora no seu conjunto constitua uma obra modesta, destaca-a o delicado portal, em pedra branca, de frontão recto sobre arquitrave com duas colunas coríntias, que exhibe os dois medalhões figurativos. No interior a nave apresenta elementos com superfícies azulejadas. Foi restaurada, no período de 1961-1969, no âmbito de uma “missão” oficial, pelo arquitecto Luís Benavente.

Arquitecturas do século XIX

Os edifícios principais da cidade reflectiam neste período a sua singeleza urbana: a Sé, com se disse, era um modesto edifício de frontão triangular, ladeado por duas torres, em meados do séc. XIX, conjunto formal que terá perdurado até aos anos

1950 – quando a fachada foi remodelada, sendo as torres alteadas. As outras igrejas e as fortalezas da cidade datavam de épocas anteriores, como se referiu atrás. As arquitecturas mais correntes, de habitação e de lojas comerciais, tipificavam-se no modelo dominante, apresentando dois pisos e avarandados cobertos e corridos, sobre a fachada – os quais ainda hoje são visíveis nos quarteirões da área mais central da urbe.

Podem destacar-se alguns imóveis públicos que tiveram uma expressão claramente oitocentista, depois transformada. É o caso do Palácio do Governo, o qual surge num postal de 1910 como uma mansão urbana tipicamente classicizante, de corpo em “L” com os vãos seriados, de desenho em arco perfeito, sendo o edifício encimado por uma platibanda decorativa corrida (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 20). A sua remodelação (talvez nos anos 1940-50?), que deve ter incluído uma ampliação, seguiu um modelo de feição mais neo-clássica e monumentalizante, com a aposição de um frontão triangular sobre colunas, ao corpo precedente - o qual por sua vez parece ter recebido um ático ou sótão superior, marcado por janelas semi-circulares. Uma longa arcaria, em dois pisos, foi também introduzida do lado sul do corpo edificado mais antigo (cf. *Património...*, 2010, p. 370).

Igualmente, o edifício que serviu para sede dos Correios (actual Tribunal), que foi a antiga Misericórdia, apresentava uma expressão oitocentista, com os habituais vãos de arco redondo no piso térreo, em postal de 1915 (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 24). A Câmara Municipal, por certo igualmente uma construção de desenho ou remodelação oitocentista, surgia em postais de 1905 e de 1915, com dois pisos, sendo os seus vãos alinhados, todos com lintel recto - e estava encimado por uma balaustrada decorativa (cf. postais, Loureiro, 1999, p. 35 e p. 25).

Também as construções inspiradas no tipo do “chalet” de Centro-Europa proliferaram na cidade, com os seus elementos em madeira recortada. Vejam-se três exemplos, entre muitos: o edifício na rua Mateus Sampaio, coroado por um corpo de dois pisos com cobertura de inclinação acentuada, em quatro águas, com sanca rematada em madeira recortada (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 36); a Alfândega e Ponte, com um corpo central de cobertura sanqueada e recorte decorativo em madeira (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 37); e ainda a Estação Telegráfica / Cabo Submarino, que deve ter correspondido a um modelo internacional, de cariz industrial (o edifício homólogo em Benguela, de 1889, actual Centro Universitário, é muito semelhante), com um volume compacto de dois pisos, dotado com longas faixas horizontais persianadas, móveis, e de cobertura em madeira com sistema de ventilação sobrelevada, rematada por uma fiada de telha decorativa (cf. postal, Loureiro, 1999, p. 35).

Já o edifício do antigo Banco Nacional Ultramarino (na antiga Praça da República/depois Praça de Portugal) – actual Banco Internacional de STP, na Praça da Independência - tem uma expressão mais vernácula, em parte por inspiração dentro da ideia da “Casa Portuguesa”, ou “À Antiga Portuguesa” que grassou no país no primeiro quartel do século XX, com longas galerias avarandadas cobertas, em dois pisos, encimados por um portentoso frontão curvo de linhas barroquizantes (cf. postais, Loureiro, 1999, p. 44 e p. 27). Já existia possivelmente em 1915, data atribuída

a um dos postais mencionados.

Arquitecturas do século XX

A urbanização ensaiou alguma nova perspectiva de planeamento, de que é exemplo o já mencionado “Plano de Urbanização de São Tomé e esboço do Ante-plano de Santo António” - tentativa de modernização das duas cidadezinhas, dentro do modelo internacional (corrente nos anos de 1940-50), da “garden-city” - com uso das alamedas arborizadas, das rotundas viárias, dos loteamentos espriados e unifamiliares, etc. Estes planos, sempre centralizados em Lisboa, ficavam-se muitas vezes pela intenção, na fase de Ante-plano - com difícil, pouca ou nenhuma implementação prática; mas, neste caso, parece ter sido bastante seguido, ou pelo menos inspirador dos traçados urbanos mais recentes da cidade (Silveira, vol. II, est. 263, à p. 178).

A arquitectura realizada na cidade de São Tomé nesta fase, em geral, apresenta características mais discretas e de simplicidade, em comparação com a dos vastos territórios afro-lusos a sul do Equador. Constituindo uma pequena cidade litoral, de estrutura urbana histórica, consolidada e com expressão dominante oitocentista, exibindo por isso um conjunto coeso de quarteirões centrais amplamente preenchidos pela arquitectura tradicional (os chalets, os avarandados e cobertos de dois pisos, etc.), como vimos - a cidade de São Tomé também inclui alguns edifícios e conjuntos urbanos representativos do século XX, cujo valor ou originalidade merecem, no seu todo, um destaque.

Assim, nesta cidade, e edificadas olhando sobretudo a suave baía de Ana Chaves, encontram-se algumas arquitecturas representativas de Novecentos, desde obras do Modernismo características dos anos 1930-40 em Portugal, à Arquitectura Moderna dos anos 1950-60. Mas a dominante é a dos edifícios tradicionais, sucessivamente alterados e modernizados, já referidos - como a Sé de São Tomé, num revivalismo neo-românico simplificado (analogamente a outras igrejas luso-africanas desta época), e o simbólico Palácio do Governo, também de feição classicizante, que foi muito alterado e modernizado ao longo das décadas.

A Capela do Bom Despacho e a igreja da Madre de Deus (esta, nos arredores da cidade, com um raro portal de feição classicizante, com elementos esculturais em pedra branca), edifícios com origem Quinhentista, foram restauradas, cerca de 1961-69, no âmbito de uma “missão” pelo arquitecto Luís Benavente, técnico da DGEMN destacado para o Ministério do Ultramar.

Na Marginal da baía, encontram-se exemplos de arquitectura pública e equipamental, como é o caso da “Escola de Artes e Ofícios”, de elementar desenho modernista, ou como a antiga piscina “Miramar”; de mencionar ainda, neste grupo, o lúdico “Clube Náutico”, entre a marginal e mar, com piscina e torre de saltos (obra anterior a 1966, encontrava-se muito arruinada em 2001). Refira-se ainda a “Casa de Repouso Salazar”, que constitui a expressão de uma transição modernista-tradicional, com avarandados sobre a fachada.

O “Bairro Residencial” 3 de Fevereiro, antigo Bairro Salazar, de moradias térreas com alpendre em arcos “à portuguesa” e cobertura com beiral tradicional, urbanizou parte significativa da prevista área de expansão urbana, a nascente da cidade antiga,

e arquitectonicamente acusa outra tendência desse tempo: a de copiar para o Ultramar o modelo do bairro social da Metrópole, com expressão unifamiliar e ruralista (Galvão, 1951, pág. 370-a). Um outro bairro de moradias, mais modesto e recente, é o Bairro ex-Marcelo Caetano, de implantação perto do litoral, a poente do núcleo existente. As casas, alinhadas ao longo da via marginal, exibem a sua cobertura de quatro águas, também com feição tradicional.

No espaço de transição entre o centro da povoação e a área de expansão urbana da primeira metade do século XX, situam-se dois imóveis modernos, isolados e impressionantes, cada um dentro de um gosto arquitectónico específico. Por um lado, com escala monumental e expressão de base modernista, refira-se o antigo cinema “Império”, que continha 1000 lugares, situado na rotunda a nascente da parte da povoação mais “histórica” (possivelmente dos anos de 1950, restaurado cerca de 2000, e constituindo actualmente o Cine-teatro Marcelo da Veiga) (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 369). Por outro lado, a norte do anterior, e abrindo sobre a Marginal e a baía de Ana Chaves, está o edifício da actual Companhia Sãotomense de Comunicações, já de feição moderna, que corresponde ao imóvel dos CTT e de Informação e Turismo, inaugurado em 1965, com corpo de desenho rectangular e interessante grelha geométrica decorativa na fachada (*Diário da Manhã*, 1966, nº12599, p. 105, e cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 369). Segundo a informação por Ana Vaz Milheiro, de 2012, que agradecemos, constitui uma obra fruto do projecto de José Pinto da Cunha (1921-2007) e José Pereira da Costa (1923-1976), desenvolvido em Luanda entre 1957 e 1962.

Na área marginal virada a nascente, que se insere no sector da expansão urbana novecentista, com frente para a avenida da Armada, destaca-se o conjunto, com certa escala, do edifício da antiga Escola Técnica Silva Cunha, actual Liceu Nacional, seguindo as linhas habituais, com expressão equilibrada entre o tradicional e o moderno, de vários outros liceus ultramarinos portugueses: um pórtico central, sobrelevado e central, apresenta de cada lado duas alas longas, de desenho racional em dois pisos, com vãos modulados, corredos e sequenciais (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 368-369). É baseado no projecto por Lucínio Cruz (1914-1999), dos anos 1950, segundo Ana Vaz Milheiro, cf. info. de 2012.

Além do mercado da cidade, implantado na sua área central (sendo obra da fase modernista, anterior a 1966), refira-se ainda o Centro Diocesano junto à Igreja da Conceição (esta reconstruída em 1947), inaugurado em 1972. De expressão moderna, mas também singela, é a gare do aeroporto de São Tomé (Galvão, 1951, II vol.), de uma relativa dimensão e imponência.

Persistem nos quarteirões da área central da cidade inúmeras edificações de habitação e comércio, em geral com dois pisos, de origem oito ou novecentista, com feição e sistema construtivo tradicional – apresentando fachadas de alvenaria, pintadas, vãos seriados, avarandados corredos, por vezes cobertos e protegidos com persianas e rótulas (cf. AA.VV., *Património...* 2010, p. 368). Noutras áreas urbanas, mais periféricas, implantam-se ainda várias casas do tipo comumente designado “colonial”, com um piso, coberto por amplo telhado de telha de tipo “Marselha”, e de

frontarias envolvidas por avarandado coberto. É exemplo a actual Embaixada de Portugal, na avenida da Armada, esquina com a avenida Engenheiro Rebelo de Andrade (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 370).

Os monumentos aos navegadores e descobridores portugueses eram inúmeros, e estavam, até à independência de São Tomé e Príncipe, presentes nas várias e principais praças da cidade, de forma celebrativa e marcante - tendo sido mais tarde reunidos, vários deles, em frente à Fortaleza de São Sebastião. Mencionem-se alguns deles: a Pero Escobar, na praça do antigo Banco Nacional Ultramarino, na marginal; a João de Santarém, implantado noutra praça urbana; a João de Paiva, situado frente ao antigo estádio Sarmiento Rodrigues, na saída sudeste da urbe; e ainda os monumentos a Vasco da Gama (entre a antiga Sé e a ex-Misericórdia, num larguinho arborizado junto à marginal, consistindo numa espiral ligando a esfera armilar à cruz), e o das Comemorações Henriquinas de 1960, igualmente na Marginal, à semelhança do caso de Bissau (baseado numa ecultura-tipo concebida por Severo Portela, de Torres Novas).

Fora da cidade de São Tomé, na restante área da ilha, refira-se a igreja de Santana, reconstruída em 1940, a igreja de Nossa Senhora de Fátima do Bombom, inaugurada em 1965, e a capela da (actual) Roça Agostinho Neto, restaurada em 1954.

A Cidade de Santo António, na ilha do Príncipe - estrutura e arquitecturas

A cidadezinha de Santo António, de fundação quinhentista, foi capital das ilhas desde meados de Setecentos até 1852, quando esse estatuto regressou a São Tomé. Em termos de desenho urbano exhibe uma malha simples, centrada num terreiro com alguns arruamentos convergentes, frente à baía, havendo plantas de 1814, de 1880, de 1888, de 1894 e de 1918 - para além de gravura de 1845, tirada do mar, com as castiças casas de construção tradicional portuguesa e a impressionante montanha equatorial em fundo (cf. Silveira, vol. II).

Duas fortificações, hoje desaparecidas, protegeram a baía de Santo António: na costa a nascente da cidade, a da Ponta da Mina; e outra, na extrema oposta, do lado oeste da baía, frente ao ilhéu Santana. Conhece-se ampla documentação sobre a fortaleza da Ponta da Mina, edificada depois do estabelecimento de uma alfândega no Príncipe, em 1695, e reconstruída em 1809, no quadro do conflito napoleónico (*A Engenharia...*, 1960). Está representada numa gravura inglesa de 1727. A fortaleza, era constituída por duas partes, uma mais acima (“Bateria Real”) da outra (“Bateria do Príncipe”). Cunha Matos descreveu-a, em 1815, e sobre ela versou um relatório pelo Tenente Conceição e Sousa, de 1879. Há fotografias dos meados de Novecentos, e uma notícia recente de descoberta das suas ruínas (um recinto murado, de planta rectangular, com um pórtico encimado por duas volutas barrocas).

A povoação propriamente dita apresenta ainda hoje um traçado regular (talvez com origem numa provável reforma urbana da época pombalina), com uma retícula que inclui: uma pequena praça, central (com a câmara e a torre da antiga igreja matriz); a rua do Rosário, ligada à praça no sentido sul-norte (com a igreja do Rosário

no extremo sul); e ainda uma outra praça ajardinada, a norte, junto ao mar).

Duas ruas, a de Santo António e a dos Prazeres, também rectas e perpendiculares à rua do Rosário, deveriam ligar a área do antigo Hospício de Santo António (onde se implantavam também o mercado, a antiga Alfândega e o Palácio do Governador, a poente, do lado do acesso ao cais), com o referido jardim e com o sector a nascente da povoação, onde se situava a praça de Nossa Senhora dos Prazeres (onde se situa hoje a igreja Evangelista). Todo o conjunto urbano, muito modesto, encontra-se actualmente muito decadente e arruinado.

Nesta pequena urbe, mencionemos a igreja de Nossa Senhora do Rosário, singela, com remate em frontão triangular e torre única encimada por coruchéu (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, pp. 360-361). A igreja de Nossa Senhora da Conceição, de 1943, com uma só torre, lateral, é de feição quase vernácula, seguindo as formas tradicionais eclesiais.

Refiram-se com algum detalhe algumas construções históricas da cidade, mais relevantes, dentre os equipamentos e infraestruturas: o imóvel da Administração do Concelho, o qual se implanta na praça central do núcleo histórico, entre a marginal à baía e a igreja do Rosário. Constituindo um característico casarão de expressão oitocentista, com os vãos seriados na fachada, e estrutura tradicional em alvenaria rebocada e caiada (cf. Loureiro, 1999. p. 94). O imóvel pode ser o resultado da iniciativa de edificação da sede concelhia de que há notícia, ocorrida nos anos de 1890, com projecto de 1897; o Edifício da Polícia e do Tribunal do Príncipe (em 2001), situado à entrada da cidade, a poente. De desenho sete-oitocentista, apresenta um corpo térreo sobreelevado, de original composição, simétrica, com portal central, rebaixado, dando acesso ao alpendre semi-interior - além de dois volumes laterais com dois vãos de lintel curvo cada (cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 362); o Antigo Banco Nacional de São Tomé e Príncipe, erigido no largo fronteiro à baía, a norte - obra de expressão oitocentista, com dois pisos, tendo vãos de arco perfeito no térreo e com lintel curvo no superior. No seu topo norte, abre-se no andar superior um avarandado coberto, com arcaria, em betão armado, correspondendo a uma galeria coberta no térreo; o Edifício do Secretariado Regional (em 2001), uma elegante construção de tipo residencial, com expressão oitocentista, apresentando um volume térreo, envolvido por avarandado coberto, apoiado este em finos pilares de madeira. A cobertura, ampla, em telha tipo “Marselha”, prolonga-se sobre os ditos avarandados, com o beiral debruado por sanca feita de peças corridas, moduladas, com motivos ornamentais recortados - ao gosto do *chalet* romântico; o Edifício dos Correios (em 2001), o qual é do tipo térreo e envolvido por avarandado coberto, este apoiado em pilares finos, tal como o imóvel do “Secretariado Regional”; e, finalmente, a edificação de tipo colonial, de linhas elegantes (restaurado antes de 2001), um imóvel térreo, ligeiramente sobreelevado, que ostenta as fachadas em madeira, bem como os avarandados cobertos, apoiados em finíssimos pilares, tendo a cobertura superior com amplas águas revestidas a telha do tipo Marselha. As guardas das varandas e o muro envolvente da construção são edificados em betão (pintado de branco), recortados e modulados com o motivo da Cruz de Cristo

(cf. AA.VV., *Património...*, 2010, p. 363). Existem de resto outras edificações na cidade, dentro deste tipo residencial térreo, com características oitocentistas coloniais, com as varandas fronteiras à casa, cobertas e apoiadas em pilares – nomeadamente na área marginal central e a poente.

De uma fase possivelmente mais recente são outras edificações em Santo António, que podem aqui ser destacadas: a que serve actualmente como Centro Cultural Português, e que deve ser originalmente da fase modernista (anos 1940?), constituindo uma edificação térrea, simples, que foi anteriormente escola e prisão, e que recebeu recuperação pela Câmara Municipal de Oeiras em 2009 (ao abrigo dos acordos de geminação de 1997), com projecto por Pedro Carrilho, Nuno Couto e Gonçalo Pestana; e a mais popular Pensão Residencial *Palhota*, obra análoga ao tipo de moradia unifamiliar, de expressão tradicional-modernizada, próprio dos anos 1950 em Portugal. Deve ter estrutura em betão armado, apresentando dois pisos, com alpendre e varanda de gaveto, tendo os seus vãos molduras com planos verticais salientes e de corte oblíquo, ao modo da época.

De assinalar ainda o antigo Palácio de Maria Correia, de dois pisos com nove vãos na fachada, arruinado há muito, segundo Nascimento (2010), e a construção do Bairro Dr. Bruto da Costa (médico que eestudou a localmente disseminada doença do sono), de 1960. A urbe recebeu, à semelhança de outras em África, um Padrão Henriquino, em 1960, por ocasião das comemorações da morte do Infante Dom Henrique.

Referências

AA.VV., *Património de Origem Portuguesa no Mundo* (cord. José Mattoso) / vol. *África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico* (coord. José Manuel Fernandes / Filipe Themudo Barata), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010 e versão em inglês:

AA.VV., *Portuguese Heritage Around the World* (coord. José Mattoso) / vol. *Africa, Red Sea, Persian Gulf* (coord. José Manuel Fernandes / Filipe Themudo Barata), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

AA.VV., *São Tomé e Príncipe, Cidades, Território e Arquitecturas*, Lisboa, ed. autores, (em preparação, 2012).

Actas da Câmara de Santo António da Ilha do Príncipe (1970). Câmara Municipal de Santo António, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Ambrósio, António (1984). *Subsídios para a História de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Livros Horizonte.

Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Documentação, álbuns e cartografia, São Tomé (recolha em 2001).

Azevedo, J. Lúcio de (1947). O Império do Açúcar. In *Épocas de Portugal Económico* (pp. 215-287). Lisboa.

Callixto, Vasco (1992). *Viagem a S.Tomé e Príncipe. Encontro com o Equador*. Lisboa: ed. Autor.

Carta de S. Tomé / levantamento aerofotogramétrico / 1958, esc. 1/25.000, em 5 folhas, Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, Arquivo Histórico de São Tomé.

Carta do Príncipe / 1962, em duas folhas, esc. 1/25.000, Arquivo Histórico de São Tomé.

Clarence-Smith, W. G. (1985). *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*. Manchester University Press.

Corografia Histórica das Ilhas de S.Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó (1916). São Tomé. (ver Matos...).

Cortejo Histórico de São Tomé e Príncipe (1970 (1470)). Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Descobrimento das Ilhas de São Tomé e Príncipe.

Diário da Manhã (1966). nº12599, p. 105.

Diário da República (2002). São Tomé e Príncipe.

(A) *Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português Antigo e Moderno* (1960). (catálogo de exposição, coord. pelo General Luís da Câmara Pina). Lisboa.

Fernandes, José Manuel (1996). Luís Benavente e as Fortalezas de África. revista *Oceanos*, 28.

Fernandes, José Manuel (2001). *As Roças de São Tomé e Príncipe. Valor Urbanístico e Arquitectónico*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional *Escravidão e Mudanças Culturais*, Évora, 29/11/2001.

Fernandes, José Manuel (2005). *As Roças de São Tomé e Príncipe. Valor Urbanístico e Arquitectónico*. In José Manuel Fernandes, *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa* (pp. 37-53), Lisboa: Caleidoscópio.

Fernandes, José Manuel & Janeiro, Maria de Lurdes (2001). *A Cidade na África Portuguesa, Século XIX – Primeira Parte*. In *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português: 1415 – 1822, Actas* (pp. 841-853) (coord. Walter Rossa, Renata Araujo e Hélder Carita), Lisboa, C.N.P.C.D.P..

Galvão, Henrique & Selvagem, Carlos (1951). *Império Ultramarino Português. Monografia do Império. vol. II*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

Henriques, Isabel Castro (coord) (s/d (2001)). *Lugares de Memória da Escravidão e do Tráfico Negro - Comité Português de "A Rota do Escravo"*. Lisboa.

História das Ilhas de São Tomé e Príncipe (1974). Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe.

Lima, J. J. Lopes de Lima (1884). *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguesas na África Occidental e Oriental; na Ásia Occidental na China, e na Oceania*. Lisboa.

Loureiro, João (1999). *Postais Antigos de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: ed. autor.

Luís Benavente Arquitecto (espólio profissional nos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo), 1996 (caixa sobre São Tomé e Príncipe, doc. fotográfica sobre a baía de Ana Chaves).

- Luís Benavente Arquitecto* (Catálogo de exposição), Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa, 1997 (coord. de José Manuel Fernandes).
- Matos, Artur Teodoro de (coord.) (2005). *A Colonização Atlântica*. In Serrão Joel e Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. III, tomo 2. Lisboa.
- Matos, Raimundo José da Cunha de (1916). *Corografia Histórica das Ilhas de S.Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó*. São Tomé: Imprensa Nacional.
- Missão Geodésica de São Tomé e Príncipe / Reconhecimento da Ilha de São Tomé / 1916 a 1918 / com coordenação de cartas anteriores, estudos e plantas por E. Campos, M. Guedes, A.Cortezão, Poças Leitão, B.Faro, A.Azancot, Álvaro Martha, H.Macedo, Gago Coutinho, etc*, esc.1/50.000, original da colecção de Olga Igésias Neves.
- Nascimento, Augusto (2010). *Histórias da Ilha do Príncipe*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- Neves, Carlos Agostinho das (1989). *S. Tomé e Príncipe na Segunda Metade do séc. XVIII*, Funchal, Região Autónoma da Madeira, Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Lisboa, Instituto de História de Além Mar.
- Plano Hidrográfico da Ponta de São Sebastião na Baía de Ana Chaves levantado pela Missão Hidrográfica ao serviço do Conselho de Administração do Portos e Viação” / 1916*, esc. 1/1000, Arquivo Histórico de São Tomé.
- Projecto de um Caminho de Ferro Eléctrico na Ilha de São Tomé, mandado estudar por um grupo de proprietários* (1904). por Arthur Koppel, de, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Ribeiro, Manuel Ferreira (1877). *A Província de S. Thomé e Príncipe e suas Dependências*. Lisboa.
- Riley, C. (1998). Ilhas Atlânticas e Costa Africana. In Bethencourt, F., Chaudhuri, K. (dir.), *História da Expansão Portuguesa* (pp. 137-162), vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- São Tomé e Príncipe. Olhar o Futuro* (2006). Lisboa: Caixa Geral de Depósitos, SGE Mediateca.
- São Tomé e Príncipe. Pequena Monografia* (1969). Agência Geral do Ultramar.
- São Tomé* (1966) Câmara Municipal de São Tomé.
- Alves, Carlos Castro (2008). *São Tomé. Ponto de Partida*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor e Publicações Chaves Ferreira-ONGD.
- Silveira, Luís da (s/d, 1956). *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Síntese Monográfica de São Tomé e Príncipe* (1973). Agência Geral do Ultramar.
- Sociedade de Geografia de Lisboa, Documentação e cartografia (conforme identificada no texto).
- Tavares, Miguel Sousa (2005). *Equador Ilustrado. Edição limitada ilustrada com postais da época*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Tenreiro, Francisco (1961). *A Ilha de São Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.

Tenreiro, Francisco (1956). *Cabo Verde e S. Tomé esquema de uma evolução conjunta*. Praia.

Tenreiro, Francisco (1956). *As Ilhas de São Tomé e Príncipe e o Território de São João Batista de Ajudá*.

União Nacional de São Tomé e Príncipe (1948). Imprensa Nacional da Colónia de São Tomé e Príncipe.